

# LIBERDADE SEXUAL FEMININA EM *AYA DE YOPOUGON*: UMA LEITURA A PARTIR DE TRÊS PERSONAGENS

*FEMALE SEXUAL LIBERTY IN AYA OF YOPOUGON: A READING FROM THREE CHARACTERS*

Déborah Alves Miranda\*  
Josilene Pinheiro Mariz\*\*

---

## RESUMO

A liberdade feminina vem sendo aos poucos conquistada, sobretudo, com a eclosão dos movimentos feministas mais recentes, que evidenciaram a necessidade de romper com os padrões cerceadores. Ao longo da história, foi esse flanco que agregou a maior parte dos tabus que afligem o corpo feminino e, ao se pensar nessas questões, repousamos o nosso olhar no continente africano, espaço no qual os problemas em torno da liberdade sexual feminina é tema de debate. Necessário se faz observar como as mulheres daquele continente têm conquistado paulatinamente a liberdade de pertencerem a si mesmas e, por consequência, tomarem as próprias decisões sobre os seus corpos. A partir desse prisma, objetivamos, nestas reflexões, discutir sobre o direito à liberdade sexual feminina, em África, a partir do estudo de três das personagens mais marcantes no romance gráfico *Aya de Yopougon*, da escritora marfinense M. Abouet, com ilustrações de C. Oubrierie. Apoiaremos nossas reflexões em discussões anteriormente realizadas por Perrot (2014), Boni (2011), Chevrier (1999), Ockrent (2006) e Correia e Petchesky (1996), dentre outros.

## PALAVRAS-CHAVE

Liberdade sexual; corpo feminino; personagens femininas; África.

## ABSTRACT

The female liberty has been conquered gradually in particular with the development of the feminist movement more recently, since they evidenced necessity of the rupture with the restricting patterns. Over the history, it was this flank that added most of the taboos that afflict the female body, and by thinking of these issues by directing our gaze to the African continent, we see that the problems surrounding female sexual liberty need to be further discussed. It is necessary to observe how the women of that continent have gained, historically and gradually, the liberty to belong to themselves and, consequently, to make their own decisions about their bodies. From this perspective, we aim to discuss, in this reflection, the search for the right to female sexual liberty in Africa, based on the study of three of the most striking characters in the graphic novel *Aya de Yopougon*, by the Ivorian writer M. Abouet, with illustrations by C. Oubrierie. We will support our reflections in discussions previously held by Perrot (2014); Boni (2011); Chevrier (1999), Ockrent (2006), Correia; Petchesky (1996), among others.

## KEYWORDS

Sexual liberty; female body; female characters; Africa.

---

\* Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

\*\* Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

## INTRODUÇÃO

A sexualidade feminina ainda se configura em um tabu, em nossa sociedade contemporânea, tendo-se em vista que em pleno século XXI tal tema é, em circunstâncias distintas, ainda evitado em rodas de conversas, nos mais diversos espaços sociais. Considerações sobre a temática dão conta de que esse fato decorre de uma tradição em que a mulher foi sempre envolvida por um véu do mistério e, por consequência, compreendida como um ser enigmático, incorporando-se em grande incógnita, o que estimulou o nascimento de mitos que tentavam desvendar seus segredos (PERROT, 2014). Entre descobertas e repressões dos mistérios femininos, as mulheres têm avançado na defesa por direitos paritários, dentre os quais, se destaca o direito de decidir sobre o seu próprio corpo que foi, durante séculos, controlado por forças exteriores, tanto públicas, quanto privadas.

O continente africano é um dos que possui uma história mais concreta de rituais e tradições que oprimem as mulheres, que as obrigam a achatarem seus seios com ferros quentes, que retiram o clitóris da menina ainda bebê, que coagem a mulher a contrair um casamento forçado e que constroem a mulher a não ter parceiros sexuais antes do casamento, pois isso a tornaria imprópria, maculada, para o casamento. Tais tradições e rituais têm consolidado a opressão da mulher nas sociedades africanas, blindando-as ao direito aos seus próprios corpos.

Diante dessas ponderações, ressalte-se que a literatura se torna o espaço da subversão, o espaço de resistência como um elo entre essas mulheres e as demais que estão em situações de opressão em outros países e continentes. A produção literária feminina em África tem ocorrido, principalmente, através das línguas dos colonizadores, inglês, francês e espanhol (dentre outras) e, é essa língua que se constitui em instrumento de resistência contra a opressão, uma vez que a maioria da produção literária feminina é feita na língua do outro. No que diz respeito especificamente à produção literária feminina na África de língua francesa, em especial à África subsaariana, também conhecida como África negra, algumas autoras já se fazem conhecidas em outros continentes fora de África, como é o caso de Mariama Bâ, com a sua conhecida obra *Une si longue lettre*, Marguerite Abouet com o romance gráfico *Aya de Yopougon*, Aoua Kéita com a sua autobiografia, *Femmes d'Afrique*, dentre outras autoras<sup>†</sup>, muito embora ainda haja poucas fontes traduzidas

---

<sup>†</sup> Outras obras de escritoras africanas de língua francesa e de outras línguas podem ser consultadas no site *L'Afrique écrite au féminin*, disponível em: <http://aflit.arts.uwa.edu.au/>.

para o português. A produção literária dessas autoras coloca em relevo a importância das 'escrevivências', no dizer da escritora brasileira Conceição Evaristo.

Portanto, o presente artigo tem como principal objetivo delinear como se dá a busca pela liberdade sexual feminina a partir das três jovens personagens do romance gráfico *Aya de Yopougon* Aya, Bintou e Adjoua. Destacamos que para as discussões aqui fomentadas foram utilizados os volumes 1 e 2, dos seis volumes publicados da obra. Além disso, a escolha especificamente pelas 3 personagens supracitadas se deu considerando-se que fazem parte dos núcleos principais da referida obra e são personagens que aparecem recorrentemente ao longo dos seis volumes da obra. Ademais, destacamos que ancoramos nossas reflexões em discussões de Adichie (2015), Boni (2011), Chevrier (1999), Ockrent (2006), Correia e Petchesky (1996), além de outros pesquisadores que dão uma importante contribuição para os estudos, bem como em Davis (2016) e suas bases a respeito do feminismo negro, dentre outros. Os resultados revelam que as três personagens, não obstante um comportamento social divergente entre elas, demonstram empenho pela liberdade sexual, o que revela seus interesses na mudança dos padrões impostos pela sociedade da qual fazem parte.

### **A BUSCA POR LIBERDADE SEXUAL EM ÁFRICA: O FEMINISMO COMO UM CAMINHO PARA A LIBERTAÇÃO DAS MULHERES**

O movimento de luta das mulheres contra os efeitos da opressão em suas vivências em sociedade, o feminismo, esteve em meio às discussões sobre a sua validade enquanto movimento unificador das vozes femininas, haja vista que esteve muito atrelado à luta das mulheres brancas; não parecendo, com isso, representar as pautas e vivências das outras mulheres, tornando-o envolto aos olhares negativos. De um modo particular, em África, certa aversão às ideias feministas deve-se às asseverações que indicavam aversão ao homem ou comportamentos semelhantes. Segundo a pesquisadora Béatrice Rangira (2001), "le terme 'féminisme' évoque souvent en Afrique un féminisme radical qui prêche le rejet de l'homme, l'égalité des sexes à tout prix, un féminisme beauvoirien qui cherche à gommer les différences sexuelles. On comprend alors pourquoi la plupart des femmes africaines cherchent à

se distancier de ce courant chargé de connotations négatives”<sup>‡</sup> (RANGIRA, 2001, p. 82).

A ideia de que o feminismo é um movimento radical, acoplado à vivência da mulher branca, representada e ligada constantemente à imagem da filósofa francesa, Simone de Beauvoir, reforçou em África a recusa pelo feminismo. Com o passar do tempo, esse mesmo feminismo se tornou mais plural, envolvendo outras pautas a partir do engajamento das mulheres que não se sentiam representadas por tal movimento. Foi por essas mutações que o feminismo se tornou uma grande rede ramificada, que atende a diferentes instâncias, de acordo com a necessidade de cada vivência e com o lema maior de combater a desigualdade entre os sexos.

Desse modo, nomenclaturas como feminismo negro e mulherismo têm sido cada vez mais ampliadas, sendo a primeira a mais popularizada, enquanto a segunda é utilizada como terminologia para nomear o movimento das mulheres negras feministas. Por essa ótica, Collins (2017) chama atenção para o fato de que a nomenclatura “feminismo negro” parece segregar ainda mais as mulheres de dentro de uma comunidade geral, enquanto a palavra mulherismo parece não segregar as mulheres de dentro dessa comunidade geral; mas, de toda forma, o termo também traz à tona muitas outras problemáticas.

A esse respeito, Butler (2016 p. 7) chama atenção para o fato de que “os debates feministas contemporâneos sobre os significados do conceito de gênero levam repetidamente a uma certa sensação de problema, como se sua indeterminação pudesse culminar finalmente num fracasso do feminismo”. Fato que não se confirma, levando-se em conta que a identificação dos problemas pode levar às soluções dos mesmos. Além disso, Tiburi (2018, p. 103) aponta para as contribuições do feminismo em vias de uma retomada de voz das mulheres ao afirmar que “o feminismo nos dá uma biografia. Ele é a narrativa de si, a auto avaliação crítica e autocrítica das mulheres. A narrativa daquelas pessoas que não tiveram narrativa, que não tiveram direito a uma história. Por meio dessa história que vem sendo construída e que tem um longo caminho pela frente, o feminismo nos dá a chance de nos devolver ao nosso tempo, aos nossos pensamentos, ao nosso corpo”.

---

<sup>‡</sup> O termo “feminismo” evoca constantemente em África um feminismo radical que prega a rejeição ao homem, à igualdade dos sexos a qualquer preço, um feminismo *beauvoiriano* que procura apagar as diferenças sexuais. Compreendemos, então, por que a maioria das mulheres africanas procura se distanciar dessa corrente carregada de conotações negativas. (tradução nossa). Todas as traduções das citações neste artigo são de nossa autoria.

Além das contribuições apontadas acima por Tiburi (2018), o feminismo envolve muitas outras discussões; e, no caso do feminismo negro, as questões com o racismo constituem-se em parte basilar da preocupação do movimento que também “envolve necessariamente as noções essenciais de ‘integridade corporal’ ou ‘controle sobre o próprio corpo’” (CORREIA; PETCHESKY, 1996, p. 149). A essas diferentes discussões dentro do feminismo negro, Santos (2007) chama de feminismo diaspórico, cujas principais questões versam sobre raça, gênero, classe e sexualidade. Essa denominação se justifica porque esse feminismo tem lutado, em espaços geográficos diversos, contra “o sistema de dominação que tem impactado as mulheres negras e que majoritariamente se caracteriza pela interseccionalidade do racismo, sexismo, classismo e heterossexismo” (SANTOS, 2017, p. 11). Segundo essa estudiosa, esse feminismo diaspórico contempla as correntes feministas existentes na diáspora: o feminismo Afro-Latino Americano, o feminismo das negras britânicas, o Afro-Caribenho, o Afro-Americano e o Africano.

Mesmo com essa diversidade de pautas no feminismo, dentro do movimento, existem “contra-vozes” que caminham no sentido de afirmar que a luta por liberdade sexual favorece à objetificação do corpo feminino. Todavia, a luta pela liberdade sexual favorece a não objetificação do corpo feminino, uma vez que equipara os direitos da mulher aos direitos do homem, dando a ela o direito de escolha sobre o seu próprio corpo. Tal pensamento advém da problemática envolvendo a liberdade sexual que é um dos eixos da pauta feminista mais envolta em tabus e preconceitos em nossa sociedade. A ideia de que as mulheres têm direito a experienciar a vida sexual ainda assusta a sociedade machista e patriarcal que conecta a vida sexual feminina à procriação, retirando dela a possibilidade de fazer sexo apenas para obter prazer. Isto por que, ao longo da história, segundo Perrot (2017, p. 45), “a virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão [...] preservar, proteger a virgindade da jovem solteira é uma obsessão familiar e social.”

Ademais, em algumas sociedades africanas, o direito a sentir prazer sexual é logo retirado das mulheres, em algumas tribos, quando, ao nascer, ela tem o seu clitóris retirado, no que se percebe, então, que “a violência contra a mulher começa desde a infância” (BRISSET, 2006, p. 19). Tal prática segundo Correia e Petchesky (1996, p. 149) acontece porque “o corpo existe em um universo socialmente mediado”. Desse modo, o corpo feminino é atravessado por imposições de uma sociedade

culturalmente constituída há séculos. No caso das mulheres africanas, soma-se a tudo isso, os problemas já citados:

L'inégalité institutionnalisée des sexes -l'homme (célibataire ou marié) étant considéré et traité comme supérieur à la femme (célibataire ou mariée)- au plan social, économique, politique et juridique; la domination, l'oppression, la frustration, le mépris et l'exploitation économique de la femme par l'homme; l'asservissement de la femme par l'homme [...] a cet lot commun des peines de presque toutes les femmes s'ajoutent, pour un certain nombre parmi elles, les mutilations corporelles (clitoridectomie et infibulation), les châtiments, le mariage forcé et/ou précoce (précédé parfois de fiançailles de nouveau-nées et même d'enfants à naître), l'abandon par le mari et l'insatisfaction sur le plan sexuel et psychique, etc.<sup>§</sup> (HUANNOU, 1999, p. 64).

Evidentemente, Huannou (1999) apresenta algumas, dentre as inúmeras, penas às quais a mulher é submetida em África. Ressalte-se que no plano psíquico, também a mulher é penalizada, simplesmente por ter nascido mulher; situação na qual se observa um comportamento diametralmente oposto quando se trata do nascimento de um menino. Tal realidade ainda é frequente em algumas tribos africanas, ecoando em muitos outros espaços a desdita -para a família- do nascimento de uma menina. "C'est une fille!" est l'exclamation qui résonne au creux de l'oreille de la mère comme un doublé malheur : le sien qui se répète de sa fille qui commence. Le père, souvent absent au moment de la naissance d'un enfant, entre dans cette histoire fondatrice peu après [...] L'homme voit la naissance de sa énième fille comme un grand malheur [...] Une fille n'est pas éduquée comme un garçon, cela n'est pas propre à l'Afrique.\*\* (BONI, 2011, p. 31-32).

Nessa assertiva, a escritora e filósofa feminista, Tanella Boni (2011) apresenta apenas um dos muitos flagelos vividos por mulheres do seu continente, retratando um dos momentos de maior fragilidade da mulher, o pós-parto. Para essa marfinense, trata-se de um evento que é tão somente uma das manifestações de malgrado de

---

<sup>§</sup> A desigualdade institucionalizada dos sexos -o homem (solteiro ou casado) sendo considerado e tratado como superior à mulher (solteira ou casada)- no plano social, econômico, político e jurídico; a dominação, a opressão, a frustração, o desprezo e a exploração econômica da mulher pelo homem; a escravização de mulheres pelo homem [...] a esse conjunto comum de penalidades de quase todas as mulheres se juntam, para um certo número dentre elas, as mutilações corporais (clitoridectomia e infibulação), as punições, o casamento forçado e/ou precoce (precedido às vezes de noivado de recém-nascidas e até mesmo de crianças que ainda vão nascer), o abandono pelo marido e a insatisfação no plano sexual e psíquico.

\*\* 'É uma menina!' é o grito de exclamação que ressoa profundamente nos ouvidos da mãe como uma dupla desgraça: a sua, que se repete; e, a da sua filha, que começa. O pai, frequentemente, ausente no momento do nascimento de uma criança, entra nessa história fundadora um pouco depois [...] o homem vê o nascimento de sua enésima filha como uma grande desgraça [...]. Uma filha não é educada como um menino, isso não é próprio da África.

homens e mulheres diante da vida feminina, um descontentamento que começa desde cedo, no nascimento. Soa-nos estranho pensar que a mulher também fica duplamente infeliz com o nascimento de sua filha; todavia, não se deve esquecer que é ela quem melhor pode manifestar a tristeza, uma vez que a vivência de toda uma história de sujeição é projetada na recém-nascida, daí, portanto, um duplo desprazer.

Este é, pois, um dos acontecimentos que desde cedo marcam o lugar do pertencimento do corpo feminino e, ao reconhecermos que esse corpo é atravessado pela cultura na qual está inserido, não estamos tentando afirmar que elas precisam sair de suas culturas para conseguirem se livrar dessas amarras; mas sim, a reconhecerem que existe a necessidade de se desnaturalizar da cultura, de não considerar a cultura de um dado espaço geográfico como algo inerente aos que nascem ali, mas sim, como algo aprendido ao longo das gerações.

A esse respeito Correia e Petchesky (1996) dizem que ao

afirmar o direito das mulheres de controlar e ser donas de seus corpos não significa que os corpos das mulheres são meros objetos, separados delas mesmas ou isoladas das comunidades e redes sociais. Ao contrário, denota a noção de corpo como parte integral do eu, cuja saúde e bem estar (incluindo aí o prazer sexual) formam a base necessária para a participação ativa na vida social. Integridade corporal, desta forma, não é somente um direito individual, mas social, uma vez que sem ela as mulheres não podem funcionar como membros responsáveis da comunidade. (CORREIA; PETCHESKY, 1996, p. 160).

A partir dessa realidade, é importante ressaltar que, por vezes, referir-se ao direito da mulher em controlar o próprio corpo parece provocar visões bastante distorcidas de um fato que é direito jurídico e social. Evidentemente, tal visão tem uma origem longínqua que vê na mulher, exclusivamente, uma progenitora cujo corpo está a serviço, primeiramente, do bebê, com o aleitamento; e, também do marido que a “usa” para os prazeres do sexo, sem que esse prazer seja partilhado com ela ou elas, considerando o alto número de casamentos poligâmicos no continente africano.

Dentro do contexto de África, a aceitação de uma poligamia masculina e a não aceitação da poliandria, - poligamia feminina -, é outra amostra de como as mulheres têm o direito ao seu próprio corpo negado. Para além dessa questão da poligamia, uma vez que ela está relacionada às leis de estado e à religião, entendemos que não cabe discuti-la neste momento, entretanto, a esse respeito, a existência de comportamentos como o casamento forçado é mais uma das formas de retirar da mulher o direito à escolha e o direito a si, visto que subtrai a possibilidade de liberdade

do corpo, a acorrentando a um destino que ela, provavelmente, não escolheria se tivesse esse direito de escolha.

Sendo assim, a literatura como um espaço que “nos liberta de nossas maneiras convencionais de pensar a vida”, como afirma Compagnon (2012, p. 64), converte-se em espaço da denúncia, em espaço onde as mulheres podem falar sobre si mesmas e ao falarem de si mesmas, falam também em nome de outras; o que, segundo Tiburi (2018, p. 94), “assim é que o feminismo pode restituir a cada uma seu lugar legítimo de fala”.

### **VOZES FEMININAS NA LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA FRANCESA: (R)EXISTIR NA LÍNGUA DO OUTRO**

Estudos de Perrot (2007), como os de *Minha história das mulheres*, mostram que durante muito tempo, a história das mulheres foi contada, escrita e descrita por homens, revelando que por longos períodos, a mulher sequer teve o direito de contar a própria história. A pesquisadora faz ressaltar que “para ouvir suas vozes- as palavras das mulheres- é preciso abrir não somente os livros que falam delas, os romances que contam sobre elas, que as imaginam e as perscrutam- fonte incomparável-, mas também aqueles que elas escreveram”. (PERROT, 2007, p. 31). Tal assertiva faz despontar uma realidade sufocada, posto que não somente para o homem, mas, para toda a sociedade, tal realidade era natural, considerando-se que o homem ser o “porta-voz” da mulher sempre fez parte de toda uma história não contada em que, pelas lentes da tradição cristã, o homem é o cabeça da família.

Levando-se em conta essa realidade, evidentemente, não se rompe com uma tradição a não ser com permanentes combates; e, é dentro desse contexto que a literatura manifesta-se como o espaço de libertação e denúncia, revelando-se em oportunidade de as mulheres restituírem seu lugar de fala, suas identidades, suas memórias e marcas, evitando o que abaliza Dalcastagnè (2014, p. 183), pois, “a memória se apaga, as pessoas morrem e os instantes desaparecem. Daí o registro artístico, sempre uma promessa de duração, um espaço de resistência”. Ao escreverem sua própria história e ao construírem personagens femininas, as mulheres transformaram a literatura em um espaço de subversão e, conseqüentemente, de resistência.

Em países de língua francesa, a ideia da “francofonia” nos leva à ideia de união entre povos de língua francesa e à existência de uma literatura feminin(st)a

“francófona”, provocando a ideia de união entre pessoas que partilham a mesma língua, sendo ela a língua da denúncia, língua imposta pelo colonizador, mas que se estabelece como ponte entre as diferentes realidades de mulheres desses países. Considerando-se a literatura como espaço de resistência para a mulher de língua francesa, damos enfoque às africanas, considerando-se todos os fatos que subjazem nesta escolha, como anteriormente citado. Assim, a literatura “dita francófona” tem se tornado um espaço *sine qua non* para diversas escritoras que lutam por sua emancipação, agindo contra verdades constituídas e conceitos arraigados nas sociedades, tais como os papéis de gêneros, binarismo, cisnormatividade, heteronormatividade, dentre outras questões que giram nessa esfera.

Junto à crescente produção literária de escritoras africanas, as filósofas têm dado um indispensável suporte aos pensamentos que se tem construído ao longo dos anos. Dentre as filósofas, pode-se citar a também escritora Tanella Boni e Angèle Bassolé Ouédraogo, ambas marfinenses. Quanto ao fato de as africanas serem escritoras, Ouédraogo (1998, p. 1) afirma que esse ato da escrita é transgressão, pois nesse ato, elas “usurpam” a palavra. “[...] transgressent ainsi une loi tacite de leurs sociétés. Par l’écriture, elles signent leur premier acte de rébellion contre ces sociétés qui ont toujours fait d’elles de simples spectatrices. Elles usurpent la parole interdite pour ne plus se laisser raconter mais pour raconter elles-mêmes leur histoire.”<sup>††</sup>

Nesse contexto, pensar nos termos ‘usurpação’, ‘proibição’, ‘rebelião’ e ‘transgressão’ todos ligados ao ato de escrever dessas mulheres nos permite vislumbrar a dimensão desse ato da escrita, sobretudo por que contrastam com ‘simples espectadoras’, por exemplo. É interessante ressaltar que o simples ato de fala/escrita possibilita esse sentimento de usurpação, uma vez que as escritoras não estão tomando nada para si, ilicitamente; é tão somente, a ocupação de um lugar que lhes foi usurpado. Mas, para a mulher, quebrar paradigmas tão tradicionais, em diversos países africanos, é uma espécie de extorsão. Em África, as mulheres retomam o seu lugar de fala ao mesmo tempo em que escrevem as suas próprias histórias e, então, como afirma Barbéris (1997, p. 144) “a literatura, dizia Madame de Staël, já não era uma arte mas uma arma: para agir e para compreender.” Para Boni

---

<sup>††</sup> [...] transgridem assim uma lei tácita de suas sociedades. Pela escrita, elas assinam seu primeiro ato de rebelião contra essas sociedades que sempre fizeram delas simples espectadoras. Elas usurpam a fala interdita para não mais se deixarem contar, mas para contarem elas mesmas, as suas histórias.

(2011), filósofa e uma das escritoras mais conhecidas fora de seu país, as mulheres precisam agir e compreender que

La condition féminine est donc constitué de biens et de maux physiques et moraux. Les maux semblent être visibles : les mutilations sexuelles féminines, les mariages précoces, les mariages-rapts, les viols, les esclavages et autres violences corporelles, l'absence de droits, les barrières auxquelles elles se heurtent. Circonstances aggravantes, la maladie, la guerre, la crise économique, l'omniprésence d'un pouvoir qui se croit tout permis font partie des situations d'urgence vécues par les Africaines. Elles choisissent de vivre et, en sauvant leur peau, elle permettent à quelques proches de ne pas mourir trop tôt. Cette voie, que j'appelle celle du courage de vivre, les mène vers une prise de conscience de ce que leur destin n'est pas écrit de toute éternité<sup>##</sup> (BONI, 2011, p. 30).

Essa realidade que vai para além da dor física consiste em um dos maiores flagelos vividos pelas africanas. Evidentemente, sabe-se que ainda na contemporaneidade, os diversos tipos de casamentos forçados e outras formas de aprisionamento e silenciamento das mulheres é vivenciado por mulheres de diversos países para além da África; todavia, certamente, naquele continente ainda há um volume muito significativo de mulheres nessa situação. Entretanto, as questões físicas tornam-se menores diante dos sofrimentos da alma, levando-as à consciência de que pode algo mudar.

Ao expor tais questões através de seus escritos, as mulheres contribuem também para a quebra de uma tradição dos romances, aqui incluímos os romances gráficos, que foram pautados em uma representação feminina enquanto personagem envolvida em estereótipos que se perpetuou durante muito tempo nas páginas quadrinizadas. Quando as mulheres restituem a sua voz, o seu lugar de fala, somos apresentados a um universo distante dos estereótipos e bem próximos da realidade, que envolvem inúmeros temas, dentre eles o da liberdade sexual. Vejamos a seguir como as personagens do romance gráfico *Aya de Yopougon* colaboram para um novo escrever de suas próprias histórias ao lutarem por suas liberdades.

---

<sup>##</sup> A condição feminina é, então, constituída de bens e males físicos e morais. Os males parecem ser visíveis: mutilação genital feminina, casamentos precoces, casamentos-sequestros, estupro, escravidão e outras violências corporais, ausência de direitos, barreiras com as quais elas colidem. Circunstâncias agravantes, doença, guerra, a crise econômica, a onipresença de um poder que acredita que tudo é permitido fazem parte das situações de emergência vividas pelas africanas. Elas escolhem viver e, salvando sua pele, permitem que alguns parentes não morram cedo demais. Este caminho, que eu chamo de coragem para viver, as leva a uma consciência de que o destino delas não está escrito desde sempre.

## **AS PERSONAGENS AYA, ADJOUA E BINTOU E A LUTA POR LIBERDADE SEXUAL NO ROMANCE GRÁFICO AYA DE YOPOUGON**

A obra *Aya de Yopougon* (2005-2010; 6 v.) se passa em 1970, - período pós-colonial - e conta a história da personagem Aya e suas amigas, Adjoua e Bintou, em Yopougon, bairro da cidade de Abidjan, na Costa do Marfim. Adjoua e Bintou, com certa frequência, fogem à noite para ir aos bares da cidade chamado *Ça va chauffer* e *Secouez-vous*<sup>§§</sup>; enquanto isso, Aya passa todo o tempo ocupada com os seus estudos e atividades domésticas. Adjoua e Bintou sonham com o marido perfeito e desejam fazer parte do que elas chamam de série C- *Costura, Cabelo e Caça ao marido*, ao contrário de Aya, que deseja ser médica. Adjoua e Bintou, ao longo da narrativa, se envolvem com parceiros sexuais, e Adjoua finda engravidando. Aya, em contrapartida, passa uma parte considerável da narrativa fugindo dos pretendentes que lhe aparecem.

Em linhas gerais, são estas as personagens que nos darão suporte para a discussão sobre a liberdade sexual, no romance em estudo, uma vez que elas têm características distintas às da protagonista e, juntas, as três representariam o que sinaliza Boni (2011), ‘o que vivem as mulheres da África’, pois revelam a luta de mulheres na conquista do direito à liberdade sexual. As citadas personagens estão presentes em toda a narrativa (nos seis volumes) e, constituem-se, portanto, no eixo de nossas discussões. A fim de melhor estruturar a nossa leitura, a dividimos em três partes, sendo cada parte dedicada a uma delas, enfocando unicamente as suas presenças nos dois primeiros volumes do romance.

### **AYA, UMA GAROTA DE YOPOUGON**

Aya, a protagonista que dá nome ao romance é também a sua narradora; assim, a trama é lida sob o olhar dessa jovem de 19 anos que alimenta o sonho de ser médica, rompendo paradigmas familiares, posto que seu pai, Ignace, rejeita completamente a escolha da filha. Para ele, como para parte significativa de homens de seu meio social, o ensino superior é algo reservado aos homens e, para Aya, o que de melhor pode acontecer é um casamento com um homem rico que a sustente. Em várias circunstâncias da narrativa, ela discute com o seu pai, em defesa de sua escolha; e, é nos braços da sua mãe, Fanta, que encontra conforto e uma parcela de

---

§§ “Isso vai esquentar” e “Mexa-se”.

apoio, tendo em vista que, talvez até por uma projeção, a mãe apoia o seu sonho de estudar, sem, no entanto, dispensar a “necessidade” do casamento em condições econômicas favoráveis.

Figura 1. Ignace tenta convencer a filha a aproximar-se de um rapaz rico



FONTE: Abouet e Oubrerie (2006, p. 82)

Na figura 1, temos um dos momentos em que Ignace tenta, desde uma cena anterior, convencer Aya a se aproximar do filho do seu patrão, pois aos olhos da sociedade, poderia ser considerado um bom partido, por ser rico. Na referida imagem, podemos perceber a expressão contrariada que acompanha Ignace ao longo das cenas em que ele e Aya expõem as suas ideias opostas, provocando, sempre, o olhar de desaprovação. A menina recusa a insistência do pai e diz: “Tu ne vas tout de même pas m’obliger à épouser un homme dont je ne veux pas”\*\*\* e ele diz que não quer obriga-la, quer apenas que ela se aproxime do rapaz. Porém, tanto nessa cena quanto nas cenas anteriores, fica clara a insistência, coagindo a filha a declinar de suas convicções.

\*\*\* “Você não vai me obrigar a casar com quem eu não quero!”

Neste caso, a luta pelo direito ao não casamento corresponde à luta pelo direito à liberdade sexual, haja vista que o direito de escolher com quem casar, ou mesmo de resguardar-se do matrimônio faz parte da liberdade sexual de cada indivíduo, liberdade de decidir sobre si mesma, como nos afirma Correia e Petchsky (1996).

Na figura 2, mesmo sendo alguém reservada e deixando claro que não se interessa pelas relações amorosas e sexuais, a mãe de Aya a examina para verificar se ela, assim como Adjoua, não estaria também tendo uma vida sexualmente ativa.

Figura 2. A mãe de Aya examina a sua castidade



FONTE: Abouet e Oubriere (2005, p. 52)

As expressões corporais de Fanta, nos recortes em destaque, manifestam certa desconfiança quanto à virgindade da filha, reforçando a necessidade de a mulher casar “intacta” e, então, ordena à filha que se submeta ao exame. Tal atitude da mãe da protagonista ratifica a necessidade e o cuidado que as famílias têm em preservar

a virgindade, como se essa fosse uma válvula de escape para que a família consiga um retorno financeiro, o que sanciona o pensamento de Perrot (2017) ao afirmar que o sexo da mulher está sempre a ser vigiado, configurando que a virgindade feminina se torna um bem familiar.

### **ADJOUA, UMA TRANSGRESSORA?**

Adjoua, uma das melhores amigas de Aya, ao contrário da protagonista, tem como principal objetivo de vida, o casamento com um marido rico que, por certo, -no seu imaginário-, a ajudará a abrir o seu salão de beleza. No primeiro volume, o leitor pode acompanhar a busca de Adjoua pelo marido perfeito e acompanhar as várias “fugas” em busca de sua cara-metade. Em uma das circunstâncias, a que destacamos abaixo, Adjoua encontra um dos seus parceiros no *Hotel aux milles étoiles*, (Hotel mil estrelas), chamado assim pelos jovens de Yopougon, o hotel é, na verdade, a transformação das bancas da feira da cidade que, à noite estão desocupados e dispostos ao ar livre. O *Hotel aux milles étoiles* é frequentado pelos jovens que encontram seus parceiro/os, longe dos olhos de julgamento da família e dos vizinhos, conforme se observa na figura 3. Percebe-se ainda que Adjoua vive essa vida sexual às escondidas, quando solicita ao seu parceiro para não pronunciar o nome dela em público, como se observa no terceiro enquadramento da figura 3: “je t’ai dit de ne pas prononcer mon nom en public” (eu te pedi pra não falar meu nome em público).

Percebe-se que embora seja interdita de viver sua vida sexual em plena liberdade, Adjoua deixa claro para que a transgressão das regras sociais do lugar onde vive a conduz a burlar as regras que lhe foram impostas nesse sentido. Isto por que as mulheres devem esperar pelo casamento para terem vida sexual e devem ter um único parceiro em toda a vida. Essa é uma personagem que nos revela o lugar da mulher, quanto ao seu próprio corpo e escolhas sexuais. Na sociedade machista, há mulheres belas e também aquelas que são prometidas para o casamento, sendo destinadas a este grupo, aquelas que se mantêm castas até o casamento; muito embora, por vezes, sejam necessários subterfúgios hipócritas para manterem as aparências, como estratégia de controle dos corpos.

No mesmo sentido, observamos a personagem Bintou, segundo veremos na sequência, uma personagem que luta pelo direito ao seu próprio corpo o que inclui o direito ao prazer sexual, como nos aponta Correia e Petchesky (1996).

Figura 3. Adjoua encontra um de seus parceiros no *Hotel aux milles étoiles*



FONTE: About e Oubrerie (2005, p. 29)

Ainda a respeito desse controle dos corpos, é importante destacar que em cenas anteriores à disposta na figura 3, o pai de Adjoua conta o número de pés dos filhos dormindo para ter a certeza de que todos estão em casa, para poder então sair para a festa no *Ça va Chauffer*, o famoso bar ao ar livre de Yopougon, Adjoua solicita a uma de suas amigas, Yoyo, que durma na casa dela para que na hora da contagem - dos pés- o pai não note a sua ausência, como podemos verificar na figura 4.

Figura 4. Adjoua retorna a sua casa, após ter ido com Bintou ao *Ça va chauffer*



FONTE: Abouet e Oubrierie (2005, p. 15)

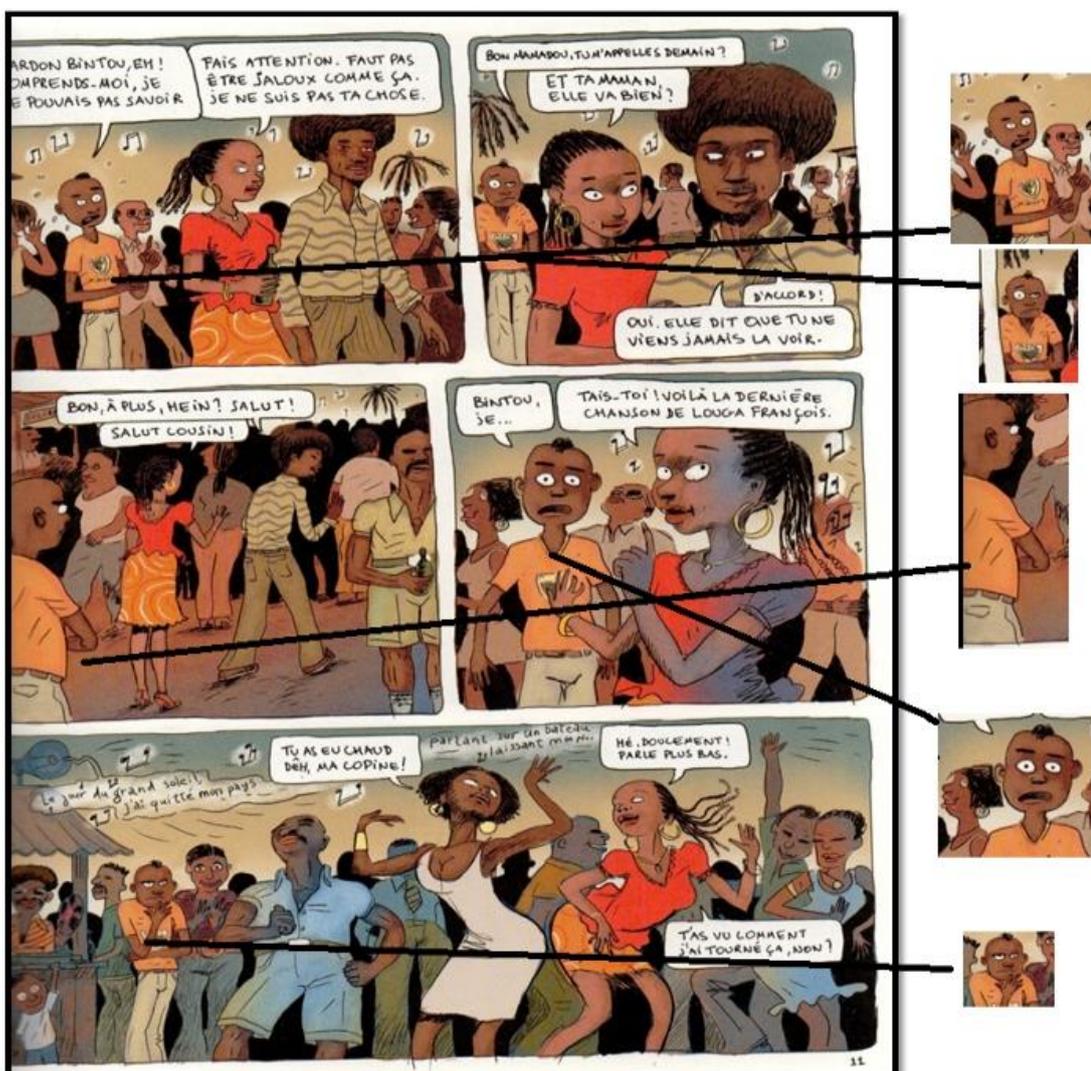
Com esse estratagema, Adjoua tenta escapar das amarras culturais que diz não à sua liberdade de poder sair de casa à noite e frequentar o bar ou o *Hotel aux milles étoiles*, confirmando-se como uma personagem resistente às regras que lhe foram impostas. Essa personagem ocuparia também, nessa narrativa gráfica, um lugar de transgressora, haja vista que embora tente seguir os padrões a ela atribuídos, assim como a protagonista do romance, Aya, Adjou também não parece estar conformada com o que lhe foi legado, rompendo também com os padrões.

## **BINTOU: TRANSGRESSORA, MAS, NÃO MUITO!**

Bintou, que junto à Aya e Adjoua formam o trio de meninas marfinenses em busca da liberdade, sonha com o marido perfeito, um homem rico, que realizará o seu sonho de ter um ateliê de costura, no qual todas as mulheres de Abidjan, capital comercial da Costa do Marfim, frequentarão. Em toda a narrativa, o leitor acompanhará as tentativas frustradas de Bintou na busca pelo tal homem perfeito. Em uma dessas situações, ela e Adjoua brigam por Moussa, o filho do chefe do pai de Aya, que sob a suspeita de ser o pai do filho de Adjoua, casa-se com a garota, em um casamento desfeito, posteriormente.

Na figura 5, uma das primeiras cenas do volume 1, do romance, Adjoua e Bintou saem de casa para dançar no famoso bar do bairro, “*ça va chauffer*” e Bintou, então, encontra um rapaz que ela acredita ser seu primo, Mamadou. Diante do novo, a garota decide afastar-se de Moussa, filho do chefe, uma vez que ele tentava aproximar-se dela que reclama não ser ‘coisa’, ao ser interpelada pela ausência de atenção a ele: “*je ne suis pas ta chose*” (“eu não sou tua coisa”). Assim deixa claro que ela não é um objeto ou alguém que possa ser controlado. Nas sequências em destaque, podemos observar que ele está irritado e inconformado com a atitude de Bintou de tê-lo dispensado, ao passo que ela, não dando importância a esse fato, dança com a sua amiga Adjoua demonstrando que não precisa dele para “curtir” a noite; e, enquanto as duas dançam, Adjoua a parabeniza pela atitude.

Figura 5. Bintou recusa a companhia de Moussa no *ça va chauffer*.



FONTE: About e Oubrierie (2005, p. 11)

As atitudes de Adjoua e Bintou, nesta cena, demonstram que as duas têm consciência de que têm direito sobre os seus corpos, de que não precisam dizer sim a um homem, quando não querem isso, mesmo que seus corpos estejam inseridos no que Correia e Petchesky (1996) chamam de espaço socialmente mediado.

Logo, muito embora estejam nesse espaço dito socialmente mediado, ou aquele que castra, limita e pune, as amigas têm força para transgredir, no dizer de Boni, (2011, p. 30), atravessando o silenciamento e quebrando os paradigmas estabelecidos pela sociedade em que estavam inseridas. As três personagens representam o que as filósofas africanas indicam como aquelas que não suportam o silenciamento e, por essa razão, encontram trilhas que as levam a si, isto é: ao seu próprio domínio, a si mesmas. Essas três personagens vão ao encontro do dizer de

Huannou (1999), quando discute que a desigualdade de gêneros, já institucionalizada, na África, tratando a mulher como ser inferior ao homem pode estar perto do seu fim, com a ajuda de escritoras e filósofas que dão voz às muitas mulheres que vivem em situação de silenciamento, conforme nos afirma a filósofa marfinense Tanella Boni.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tais reflexões, percebemos a importância da escrita literária feminina como meio de restituir às mulheres o seu lugar de fala e permitir que elas possam contar as suas próprias histórias, permitindo assim que os mais diversos temas, tais como liberdade sexual feminina sejam abordados.

O feminismo, enquanto movimento que vêm se estabelecendo nos quatro cantos do planeta, pode ter nas personagens Aya, Adjoua e Bintou um protótipo da mulher feminista na África, mesmo se considerarmos que a narrativa se passa nos anos de 1970. O que dá a essas garotas um papel de feministas “*avant-la-lettre*”, uma vez que, em África, ainda há muito a ser discutido, quando o assunto é o direito da mulher. Essas personagens assumem uma posição de resistência diante do que lhes é imposto pela sociedade machista, tradicional e patriarcalista, lutando pela sua liberdade sexual em um contexto sócio histórico marcante, a década de 1970, primeira década de uma Costa do Marfim livre, pós-colônia da França. Ao longo de toda a narrativa, as personagens lutam pelo direito ao seu próprio corpo, pelo direito de decidirem sobre ele, pelo direito de existirem em sociedade.

Para além dessas questões, até aqui, discutidas, o romance *Aya de Yopougon* nos apresenta a uma África longe dos estereótipos que costumam ser difundidos sobre o continente no qual a pobreza e a miséria dominam os mais diversos espaços sociais; e, no romance, os autores nos apresentam às personagens que resistem à sociedade machista e patriarcal.

Ainda cabe-nos ressaltar que não obstante o texto seja uma espécie de autobiografia de Marguerite Abouet, - na qual ela não é a protagonista -, escritora que vive na França há anos, não se pode olvidar que mesmo olhando de fora, a autora do texto dá voz às mulheres, comete a transgressão de falar de corpos e de liberdade sexual em seu país e origem em um período histórico de mais de quarenta anos.

Por certo, muito ainda há a ser feito em África. Muitas autoras ainda precisam dar voz às mulheres silenciadas pelos mais diversos motivos. Tendo-se em vista que a narrativa se passa em 1970, poder-se-ia dizer que é algo que ficou pra trás,

guardado pela História; no entanto, essa é uma realidade de inúmeras garotas africanas, em muitos dos países daquele continente, mas por certo, ainda hoje, uma realidade de nossas garotas, no contexto brasileiro. Logo, seja no contexto marfinense, ou na nossa realidade, essas são questões que ainda permanecem sendo um tabu e carecem de mais debates que levem a mulher ao seu lugar de importância e destaque social.

## REFERÊNCIAS

ABOUEY, Marguerite; OUBRERIE, Clément. *Aya de Yopougon* - Tome 1. Paris : Gallimard, 2005.

\_\_\_\_\_. *Aya de Yopougon* - Tome 2. Paris : Gallimard, 2006.

\_\_\_\_\_. OUBRERIE, Clément. *Aya de Yopougon* – v. 2. Tradução de Julia da Rosa Simões. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

BARBÉRIS, Pierre. IV. A sociocrítica. In: BERGEZ, Daniel; BARBÉRIS, Pierre; DE BIASI, Pierre-Marc *et al. Métodos críticos para a análise literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BONI, Tanella. *Que vivent les femmes d’Afrique?* Paris: KARTHALA, 2011.

BRISSET, C. *Dès l’enfance...* In: OCKRENT, C. et al. *Le livre noire de la condition des femmes*. Paris: XO éditions, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

CHEVRIER, J. *Littératures d’Afrique Noire de Langue Française*. Paris: Nathan Université, 1999.

COLLINS, Patrícia Hills. O que é um nome? Mulherismo, feminismo e além disso. *Cadernos Pagu*, n. 51, p. 1-23, 2017.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura pra quê?* Belo Horizonte, UFMG, 2009.

CORREIA, S.; PETCHESKY, R. *Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista*. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, p.147-177, 1996.

DALCASTAGNÈ, Regina. Para não esquecer: a narrativa como espaço de resistência. In: RAMOS, Paulo; VERGUEIRO, Waldomiro; FIGUEIRA, Diego. *Quadrinhos e literatura: diálogos possíveis*. São Paulo: Criativo, 2014.

HUANNOU, Adrien. *Le roman féminin en Afrique de l’Oeust*. Cotonou, Bénin: L’Harmattan, 2005.

OUEDRAOGO, Angèle Bassolé. Et les Africaines prirent la plume. Histoire d'une conquête! *Mots pluriels*, n. 8, oct. 1998. Disponível em : <<http://www.arts.uwa.edu.au/MotsPluriels/MP898abo.html>>

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

RANGIRA, Béatrice Galimmore. Écriture féministe? écriture féminine?: les écrivaines francophones de l'Afrique subsaharienne face au regard du lecteur/critique. *Études Françaises*, p. 79-98, 2001.

SANTOS, S. B. Feminismo diaspórico. *Revista Gênero*. Niterói, v. 8, n. 1, p.11-26, 2007.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

*Recebido em 13/02/2019.  
Aprovado em 16/03/2019.*